

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
 1. CIÊNCIA GLOBAL DO DIREITO PENAL	 23
1.1. O direito como ciência	23
1.2. A ciência do direito penal.....	27
1.3. Direito penal e ciências sociais: interfaces psicológica, sociológica e econômica.....	43
1.4. Ciência penal global e delitos econômicos: (re) visitando Franz V. Liszt e Roberto Lyra.....	50
1.4.1. Moderna dogmática penal	58
1.4.1.1. Moderna dogmática penal e delitos econômicos	62
1.4.2. Criminologia.....	66
1.4.2.1. Considerações criminológicas sobre a delinquência econômica: o legado de Edwin H. Sutherland como ponto de partida.....	74
1.4.3. Vitimologia	81
1.4.3.1. Valorização da vítima: o dano moral coletivo na delinquência econômica	88
1.4.4. Política criminal.....	92
 2. CRIMINALIDADE MACROECONÔMICA ORGANIZADA....	 101
2.1. Conceito, bens e interesses tutelados.....	101
2.2. Direito penal econômico <i>versus</i> direito administrativo sancionador	113
2.3. Fundamentos e limites da ingerência penal sobre a ordem econômica: a constituição dirigente.....	123

2.3.1.	A ordem econômica na Constituição Federal de 1988.....	133
2.4.	Internacionalização do direito penal: o papel dos tratados e convenções internacionais no combate à criminalidade macroeconômica e à corrupção	138
2.4.1.	Defesa da concorrência no plano internacional multilateral.....	152
2.5.	Abuso do poder econômico: a formação de cartel.....	155
2.5.1.	O cartel na Lei Antitruste.....	159
2.5.2.	Tutela penal da livre concorrência: o crime de formação de cartel	162
2.5.3.	Cartéis em licitações públicas: déficit de boa governança na Administração Pública brasileira.....	166
3.	NEGOCIAÇÃO PENAL COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA CRIMINAL PARA O ENFRENTAMENTO DA CRIMINALIDADE MACROECONÔMICA ORGANIZADA	179
3.1.	Duração razoável do processo.....	179
3.2.	Sistemas processuais penais: processo penal inquisitivo e acusatório	189
3.2.1.	Processo penal acusatório na atualidade	196
3.3.	Justiça penal negociada: obrigatoriedade versus oportunidade da ação penal pública.....	206
3.3.1.	Justiça negociada nos E.U.A.: <i>plea bargaining system</i>	216
3.3.2.	Colaboração premiada no Brasil e delitos econômicos: em busca do dinheiro perdido	224
3.4.	Acordo de não persecução penal nas Resoluções 181/17 e 183/18 do Conselho Nacional do Ministério Público e no Código de Processo Penal.....	241
3.5.	Criminal <i>compliance</i> , acordos extrapenais e seus reflexos no enfrentamento à criminalidade macroeconômica organizada.....	251
3.5.1.	Acordo na improbidade administrativa e termo de ajustamento de conduta.....	256

SUMÁRIO

3.5.2.	Reflexos penais do acordo de leniência na Lei de Defesa da Concorrência.....	265
3.5.3.	O acordo de leniência na Lei Anticorrupção	272
CONCLUSÕES.....		279
REFERÊNCIAS.....		283